

ESTADOS

Senado poderá mudar regra para dívida com União

*Governos estaduais
querem mais prazo e
menor comprometimento
da receita mensal*

BRASÍLIA — A equipe econômica se mobiliza para tentar evitar uma quebra unilateral do acordo de renegociação das dívidas dos Estados com a União. Apenas dois anos depois de assinado o acordo, os governadores acham que a conta está salgada e querem reduzir o percentual de comprometimento da receita com resgate do endividamento — está em 11%. “É uma pressão grande, inevitável”, afirma o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Gilberto Miranda (PMDB-AM).

Tramitam no Senado três propostas de novas resoluções, duas delas diminuindo para 9% a parcela da receita a ser destinada ao pagamento da dívida com a União, e uma terceira para 7%. Para não ser atropelado pelos parlamentares, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deve se encontrar, hoje ou amanhã, com Miranda. “Concordo com os Estados que o encargo está elevado, já que a União é quem define as taxas de juros altas, afetando as dívidas”, afirmou o senador.

Um acordo possível seria o alongamento do prazo de pagamento do débito com a redução do comprometimento mensal da receita. “Alguns Estados não terão dinheiro para pagar a folha salarial até o final do ano”, alerta o senador. Malan tem pressa porque o relator das propostas de resolução, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), não deve demorar a apresentar o parecer, já que Mato Grosso é de um dos Estados em pior situação.

Amanhã os secretários estaduais de Planejamento irão apresentar aos parlamentares da comissão as justificativas sobre o pedido de diminuição da parcela da receita a ser destinada ao acerto da dívida com a União. Ainda amanhã, atendendo a requerimento do deputado José Priante (PMDB-PA), deverão comparecer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e o secretário do Tesouro Nacional, Muriilo Portugal, para explicar a queda do volume de repasse do Fundo de Participação dos Municípios.